

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ELIZANA MARCELLO

**APLICAÇÃO DO MODELO *TRIPLE BOTTOM LINE* NO SETOR ADMINISTRATIVO
DE UMA PREFEITURA DO SUL DE SANTA CATARINA**

CRICIÚMA

2019

ELIZANA MARCELLO

**APLICAÇÃO DO MODELO *TRIPLE BOTTOM LINE* NO SETOR ADMINISTRATIVO
DE UMA PREFEITURA DO SUL DE SANTA CATARINA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Dr. Leopoldo Pedro Guimarães Filho

CRICIÚMA

2019

ELIZANA MARCELLO

**APLICAÇÃO DO MODELO *TRIPLE BOTTOM LINE* NO SETOR ADMINISTRATIVO
DE UMA PREFEITURA DO SUL DE SANTA CATARINA**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Contabilidade Ambiental e Responsabilidade Social

Criciúma, 01 de julho de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Leopoldo Pedro Guimarães Filho - Doutor - (UNESC) - Orientador

Prof. Milla Lúcia Ferreira Guimarães - Mestra - (UNESC)

Prof. Sérgio Bruchchen - Mestre - (UNESC)

A conclusão satisfatória deste trabalho só foi possível mediante o suporte, amparo e auxílio recebidos de Deus. Ele que esteve presente em toda minha jornada acadêmica, juntamente com seus três anjos enviados para cuidar de mim: pai, mãe e vó. Dedico este trabalho a cada um de vocês, obrigada por existirem.

AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo às pessoas que mais depositaram confiança e se orgulharam de cada boa nota que alcancei e vibraram em todos os 10 obtive durante o curso: minha família, arquitetura divina. Aos meus pais, que não mediram esforços para investir nessa graduação. Sempre me ofereceram o melhor que podiam para que eu não tivesse dificuldades e que, no mínimo, estivesse feliz e realizada com a escolha que fiz. Minha vó Vilma: quantas velas e orações ela fez destinadas a meus estudos. Tão doce e tão pura, com um coração tão lindo, sempre interessada em saber o que eu estava aprendendo. Nunca escondia o orgulho que sentia, por vezes até deixava escorrer, se emocionava com meus bons resultados. Agradeço também ao meu irmão Kalven, por toda ajuda e companheirismo. Tudo o que tenho devo a vocês. A pessoa que sou é o reflexo da educação que me passaram. Espero poder retribuí-los um dia, e ainda vos dar muito orgulho. Obrigada por existirem. Sem vocês, nada disso seria possível.

Todo meu amor e gratidão a um ser lindo, que é meu companheiro há muito tempo: meu namorado Fernando. Apoio, motivação e encorajamento. Levou-me até a sala no primeiro dia de aula e, por diversas vezes, mesmo que já sem aula, acompanhou-me até o *campus*. Obrigada por ser tão compreensivo nas horas em que estive ausente ou exausta devido aos estudos. Foi meus pés no chão e meu ombro de descanso em tantas matérias difíceis e dias ruins que pareciam não ter fim. Com tanto carinho me consolava e se mostrava presente para ajudar em quaisquer circunstâncias. Muito obrigada, meu amor, por sua presença em minha vida.

Em todas as vezes que passei a frequentar um novo local rotineiramente, o nervosismo despertava diversas dúvidas, e uma delas é a respeito de quem seriam as pessoas com quem eu iria conviver diariamente. Este sentimento foi inevitável no meu subconsciente quando ingressei na universidade. No entanto, Deus, em sua infinita bondade, escolhe os seres que passarão por nossas vidas, que deixarão aprendizados e memórias inesquecíveis.

Meus amigos, pessoas que nem nos melhores sonhos havia pensado que encontraria. Foi com quem eu dividi a maior parte do tempo na UNESC, imobilizando em meu ativo inúmeros momentos, que como os terrenos, não depreciam.

Meus amigos também ajudaram nas dificuldades e angústias vividas por mim enquanto acadêmica. Apenas com uma palavra eram capazes de modificar meu temperamento bipolar, admito, um tanto quanto forte, fazendo com que eu me sentisse leve, amenizando todos os sentimentos negativos, faziam “valer o passe” de sair do Morro Grande e ir até Criciúma todas as noites: Manoela, Larissa, Júlia, Miriane, Letícia, Grazielle, Nattieli, Kauany, Fillipe, Débora e Eduardo. Cada um, com uma essência diferente, completou-me, deixou sua marca registrada. Sou grata por cada ato e fato que vivenciamos. Muito obrigada “Maricotas”, “Tititas do Lore” e “Taboazinha”.

Não poderia deixar de expressar minha gratidão a Manoela. Enaltecer seu doce coração pela compreensão e anuência perante ao tema que escolhi defender neste trabalho, pois este, em partes, discorda do seguimento pelo qual ela tanto se dedica. Ademais, estendo o agradecimento sobre tema aos meus amigos Érik, Logans e Liandra que, em um dos dias de percurso cansativo e exaustivo voltando da UNESC para casa, em meio a uma conversa sobre o consumo excessivo de materiais plásticos, notei que tinha um problema que poderia se tornar um tema para o meu

TCC, e logo de início me sugeriram diversas ideias. Em seguida, comentei com a professora Milla, quando recebi seu aval positivo e muito apoio. Obrigada pelo incentivo. Fiz um resumo para o professor Menegalli que, além de motivar a seguir nesta área temática, indicou-me a professora Ana Paula, que acatou minha ideia, aceitou-me como orientanda na fase do projeto, fazendo excelentes contribuições: Muito obrigada, dupla!

Ao meu orientador Leopoldo, professor de um curso distinto do meu e que até então não me havia dado aula. Uma pessoa íntegra, a quem passei a admirar por tanto conhecimento que carrega consigo, um arcabouço digno de um doutor. Acolheu-me como orientanda e, em todos os encontros de orientação, recepcionou-me atenciosamente, com dedicação, paciência e sempre disposto a ouvir meu ponto de vista. Tinha sede de avanço, seguimos na mesma linha de raciocínio e, por fim, atingimos os resultados almejados. Na linguagem da sua área: “fosse uma engrenagem fundamental para o que era protótipo funcionar”. MUITÍSSIMO obrigada!

De uma forma geral, agradeço todos os envolvidos nesta etapa da minha vida, de 2015 a 2019. Pessoas que já estavam, algumas que chegaram, outras que se foram e que, de alguma forma, contribuíram para meu ingresso na universidade, frequência e agora conclusão. A Todos os professores que participaram da minha formação e me transmitiram seus conhecimentos. Eu, na condição de aluna, captei seus ensinamentos, que foram suficientes para me tornar uma pessoa melhor e apta para enfrentar novos desafios do mercado de trabalho. Aos meus colegas, obrigada por todas as fases que contabilizamos juntos, provas e trabalhos compartilhados, balanços fechados, pelas inúmeras vezes que confiaram em mim, a ponto de me elegerem oradora da nossa turma. Obrigada. São muitos os que merecem meu reconhecimento e agradecimento; faltam, porém, palavras para expressar e espaço para listar todos, mas, com muito respeito, generalizo meu agradecimento. Muito obrigada do fundo do meu coração.



APLICAÇÃO DO MODELO *TRIPLE BOTTOM LINE* NO SETOR ADMINISTRATIVO DE UMA PREFEITURA, NO SUL DE SANTA CATARINA

Elizana Marcello¹

Leopoldo Pedro Guimarães Filho²

RESUMO:

A sustentabilidade de sistemas continua sendo um problema, o acúmulo de lixo segue desenfreado e está atingindo um âmbito cada vez maior. O plástico está entre os vilões da natureza e, dentre os resíduos que mais poluem, estão os copos plásticos descartáveis. A necessidade de reverter esse problema tem despertado várias ideias e incentivado iniciativas para a diminuição do consumo desses produtos e minimização dos efeitos resultantes de seu descarte incorreto. Isso, porém, ainda não é suficiente. Um dos pontos principais a serem trabalhados é a conscientização do ser humano, que é o causador dessa degradação a natureza. O objetivo deste trabalho é de aplicar os conceitos da sustentabilidade no setor administrativo, em uma prefeitura do sul de Santa Catarina. Para atingir ao objetivo, elaborou-se um arcabouço teórico acerca dos conceitos de sustentabilidade e sobre os vieses que contemplam a teoria *Triple Bottom Line* (TBL). O estudo teve uma abordagem qualitativa, com base em dados descritivos, seguindo as etapas do método pesquisa-ação para se coletar as devidas informações. Através de um questionário semiestruturado buscou-se identificar os perfis dos usuários de copos plásticos, bem como seus costumes habituais, interrogando sobre suas opiniões frente à sustentabilidade e seus pontos de vista quanto à substituição proposta. Após a pesquisa ficou evidente qual o gênero mais descarta copos plásticos, assim como o nível de escolaridade é correspondente ao conhecimento acerca dos malefícios do material. Foi possível definir qual das três áreas precisa ser mais trabalhada para que a TBL obtenha o êxito esperado.

PALAVRAS – CHAVE: Sustentabilidade. *Triple Bottom Line*. Copos Plásticos Descartáveis.

AREA TEMÁTICA: Tema 02 - Contabilidade Ambiental e Responsabilidade Social.

1 INTRODUÇÃO

A sustentabilidade tem sido pauta de congressos, ações sociais, comerciais e anúncios. Muito se discute este assunto, por conta da preocupação com o ecossistema: plantas, animais, solo, água, atmosfera e os seres vivos em geral.

¹ Acadêmica do curso de Ciências Contábeis da UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.

² Doutor, Coordenador do Curso de Engenharia de produção, Pesquisador do Núcleo de Estudos em Engenharia de Produção (NEEP), Professor da UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.



Tendo-se em vista a dimensão do problema, é preciso que mais pessoas se mobilizem para ajudar o meio ambiente (CAMPONOGARA; RAMOS; KIRCHHOF, 2009).

As mudanças e evoluções têm sido constantes, principalmente racional e cultural perante os princípios, pois conforme Silva e Barki (2012) até início do ano 2000, os governos tinham receio de investir em políticas sustentáveis, pelo fato de enxergarem como um impedimento para o crescimento econômico, uma vez que se aplicassem os recursos em políticas ambientais, estariam deixando de utilizar esses recursos em outras áreas prioritárias.

O tripé da sustentabilidade que foi desenvolvido por John Elkington em meados dos anos 1990 está sendo incorporado em organizações e empresas, independente do porte, pois traz maior confiança e credibilidade, visto que objetiva direcionar os investimentos para três esferas: econômica, ambiental e social. As instituições se comprometem em reduzir os impactos socioambientais, além de gerar riqueza e lucro, estão atentas à escassez de emprego, alimento e recursos naturais. Essas organizações estão à frente das demais, construindo melhor imagem no mercado (ELKINGTON, 1997; PEREIRA, 2007).

Barbieri *et al.* (2010) aponta que novas organizações sustentáveis estão fazendo com que as demais adequem suas práticas às três esferas. Desta forma, subentende-se que um dos fatores-chave que está impulsionando o avanço do tripé da sustentabilidade é a concorrência e a competitividade que, conseqüentemente, geram resultados positivos para a entidade pelo fato de aumentarem sua visibilidade no mercado, como também para o meio ambiente e para a sociedade.

Um dos problemas ambientais mais discutidos é o acúmulo gradativo de lixo. Entre os materiais que mais geram volume nos aterros sanitários estão os copos plásticos, que se encontram presentes na maioria dos lugares públicos e privados, pelo fato de ser descartável e não precisar de limpeza para sua reutilização (ECYCLE, 2013). Porém, por ser automático e de costume, após o seu uso, o copo é descartado. O consumo se torna excessivo, gerando desperdícios e contribuindo para os problemas ambientais, até porque nem sempre o descarte é feito de forma correta e no local adequado (OLIVEIRA; VIEIRA; JÚNIOR, 2013).

Para reverter essa situação não é tão simples. Há alguns impasses a serem discutidos, como por exemplo a conscientização dos consumidores, que agem instintivamente, descartando o copo após um único uso. Em 2015 foi realizada uma pesquisa com 67 alunos de uma escola do Piauí sobre o conhecimento dos malefícios dos copos plásticos e a respeito de suas posturas e práticas ao usarem tal utensílio. A pesquisa mostrou que 98% dos estudantes não reutilizam o copo, mesmo que seja para tomar água por duas vezes em um curto intervalo de tempo (BRITO *et al.*, 2015).

Não se pode deixar de evidenciar que algumas pessoas, às vezes, recusam-se a substituir o copo plástico descartável por canecas ou garrafas, simplesmente para evitar a fadiga e ainda usam a falta de tempo como pretexto (ECYCLE, 2013). Diante disso, tem-se a seguinte questão problema: como diminuir o consumo excessivo de descartáveis no setor administrativo de uma prefeitura?

O objetivo deste trabalho é aplicar os conceitos da sustentabilidade no setor administrativo, em uma prefeitura do sul de Santa Catarina. Para alcançá-lo foram elaborados como objetivos específicos: identificar a quantidade de copos descartáveis consumidos diariamente; verificar o impacto social e ambiental causado pelo uso de copos plásticos na organização e, por fim, apresentar um comparativo econômico entre os copos descartáveis e os objetos substitutos.



Este trabalho se justifica frente à necessidade atual da sociedade de diminuir o consumo de plástico, e foi desenvolvido para alcançar bons resultados diante das três dimensões sustentáveis: econômica, social e ambiental. Portanto, terá como base teórica o tripé da sustentabilidade para ser aplicado no setor administrativo de um órgão público, visto que Barbieri *et al.* (2010) considera a sustentabilidade como um grande fator para alavancagem e desenvolvimento das empresas; não será diferente, portanto, para o setor público.

Todos os cidadãos têm direito à saúde, à educação, à alimentação, ao transporte e à moradia, previstos no Art. 5º da Constituição Federal de 1988. O Estado tem o dever também de dispor ao cidadão o direito à educação ambiental, à preservação e proteção ao meio ambiente, conforme o disposto no Art. 225 da Constituição Federal de 1988. O documento prevê que tanto o governo quanto a sociedade devem defender o meio ambiente. Sendo assim, a sustentabilidade deve ser implantada e praticada pelos órgãos públicos.

Vale salientar que, por se tratar de uma proposta nova, até então nenhuma semelhante foi apresentada para os gestores, há a possibilidade de que a prefeitura coloque em prática. Isso porque o estudo busca contribuir com a redução de gastos, resultando em economia financeira, pois quanto mais consome, mais é preciso comprar para repor os estoques e, quando se trata de grandes quantidades, o desembolso automaticamente é maior. A conscientização dos servidores, tornando-os pessoas melhores para o meio ambiente, é um dos vieses que o trabalho irá abordar. O intuito é que os servidores sejam propagadores de hábitos saudáveis para o meio ambiente. Outra pretensão é a de promover políticas públicas que possam ser vistas por toda sociedade, a fim de despertar o interesse dos cidadãos para a sustentabilidade dos sistemas.

Este trabalho divide-se em cinco seções: partindo desta introdução, a segunda seção contém a fundamentação teórica, seguida pelos procedimentos metodológicos. Na quarta, estão expostos os resultados e, por fim, na quinta seção, estão as considerações finais, com as limitações do trabalho e sugestões para novas pesquisas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção apresenta as teorias que servirão de alicerce para atingir os objetivos do trabalho. As teses empregadas advêm de referências bibliográficas, sendo que os assuntos abordados remetem ao tema em questão, explicitando conceitos, técnicas e exemplos que possibilitam incrementar a justificativa da proposição do estudo.

2.1 TRIPÉ DA SUSTENTABILIDADE

Em 1994, os conselhos representativos de empresas americanas estavam se preparando para atuar no mercado em busca das três dimensões: econômica, ambiental e social, ampliando a visão das empresas, fazendo com que traçassem metas que abrangessem áreas que, desde aquela época, precisavam de apoio dos empreendedores. Foi então que o sociólogo e consultor britânico John Elkington criou o “*Triple Bottom Line*” (TBL), também popularmente conhecido como Tripé da Sustentabilidade, ou Três Ps: *People, planet, and profit*. São critérios adotados por organizações com o intuito de trabalhar em favor da geração de lucro, ajudando nos



aspectos sociais, contribuindo com benefícios para o meio ambiente (ELKINGTON, 2004).

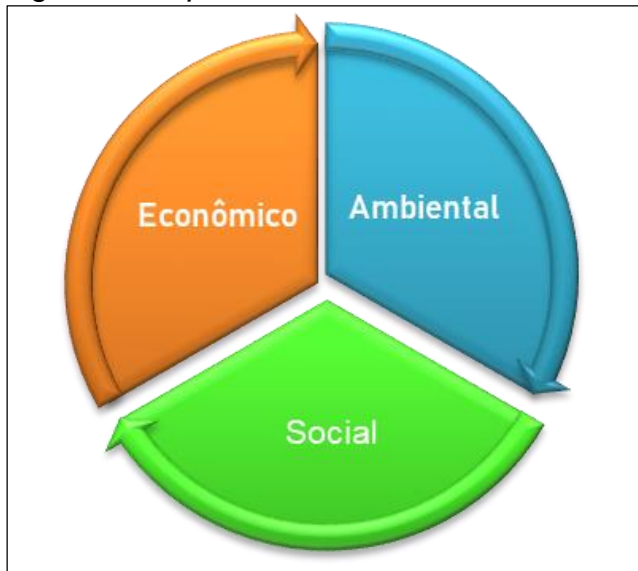
O propósito desta teoria é de fomentar riqueza e diminuir os impactos negativos tanto ambientais quanto sociais. Os gestores, ao elaborar as funções a serem executadas, devem preferir hábitos sustentáveis, optar por matéria-prima de fontes renováveis e também disponibilizar à sociedade oportunidades de atuar no mercado de trabalho. Uma instituição que utiliza de tais práticas possui grande probabilidade de despertar maiores interesses de *stakeholders* (BARBIERI *et al.*, 2010).

Seguindo essa ideia, uma entidade sustentável não se caracteriza somente por proteger a natureza e a biodiversidade da fauna e flora. Ter boas condições financeiras, buscar o crescimento em inovação, desempenhar ações em prol do bem-estar de seus empregados e de mais pessoas que rodeiam a empresa, que colaboram com ela direta ou indiretamente, também são vistos como atos substanciais de organizações sustentáveis. Considera-se essas práticas como indicadores que servem de ponte para alcançar o sucesso (SANTOS, 2015).

Ideias bem planejadas tendem a dar bons resultados e quando o propósito está ligado às áreas que envolvem o ser humano, o meio-habitacional e a natureza, certamente haverá benefícios a quem irá receber e também ao propagador. Este último receberá reconhecimento por suas iniciativas, porventura até crescimento econômico, uma vez que estando conhecido como um benfeitor, agregará valor ao seu negócio (SANTOS, 2016).

A Figura 1 mostra o tripé da sustentabilidade proposto por Elkington em 1997.

Figura 1 - *Triple Bottom Line*



Fonte: Baseado em ELKINGTON, 2004.

Por meio dessa proposta, novas perspectivas entram nos planos de ações das empresas, que deixam de se esforçar apenas com a geração de lucro e passam a pretender bons resultados para o seu redor. A partir deste ponto, estas organizações buscam a diminuição dos problemas, além da prosperidade para um âmbito maior: a sociedade na qual está inserida e o ambiente em que se instalou (ELKINGTON, 2004).



2.1.1 Dimensão econômica

Toda empresa busca o lucro, traça metas e objetivos para que, a cada novo exercício, consiga produzir e vender mais, com custos menores. Almejam ser referência, conquistar nome entre os consumidores e se sobressair, ser líder de vendas com maior faturamento, comparando-se com as demais do mesmo segmento (BARBIERI *et al.*, 2010).

O sucesso não é apenas apresentar grandes valores em suas demonstrações patrimoniais. O ideal do TBL é que os gestores visem deixar de ter somente um nome empresarial conhecido apenas na região em que atuam, mas que passem a ser uma marca que explore novos horizontes, consumida por diversas pessoas e *stakeholders* de diferentes lugares (PEREIRA, 2016).

Por vezes, o crescimento econômico é confundido com desenvolvimento econômico, pois os dois permeiam a alavancagem de um estado para outro maior (OLIVEIRA, 2015). No entanto, o crescimento estimula o consumo de recursos naturais, pois se dá por meio de um grande volume produtivo, medido pelo Produto Interno Bruto (PIB) (PEREIRA, 2016), o que pode ocasionar a escassez das fontes não renováveis. Já o desenvolvimento econômico está relacionado ao bem-estar da população (OLIVEIRA, 2015).

Um fator que implica tanto no crescimento quanto no desenvolvimento econômico são os gastos, mais precisamente os custos, despesas e desperdícios. Porém, há meios de contornar a situação e reduzi-los, permitindo que sobrem mais receitas, para então serem investidas em ações que se revertam em desenvolvimento econômico (BARBIERI *et al.*, 2010). A título de exemplo, em projetos de cortes de gastos públicos realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2013) apontou um crescimento de 11,9% nas despesas administrativas em um período de 10 anos, entre 2001 e 2011. Este dado foi um dos motivos que influenciaram para que seguissem com o programa de incentivo aos gestores para otimizar seus serviços.

A dimensão econômica está ligada às outras duas dimensões, pois, investindo no âmbito social e no ambiental, haverá desembolsos; em longo prazo, no entanto, aumentará sua visibilidade externa e abrirá possibilidades para investimentos, gerando bons resultados (SANTOS, 2016).

2.1.2 Dimensão ambiental

A maioria da matéria-prima utilizada na produção de produtos advém da natureza. São recursos naturais, de fontes esgotáveis. (BARBIERI *et al.*, 2010), John Elkington, ao idealizar as três dimensões, pensou justamente nesse fator. Previu que, com o passar dos anos, aumentaria a quantidade de empreendimentos inseridos no mercado e, com isso, a exploração se agravaria. Desta forma, se as empresas e os órgãos governamentais não dessem importância para o aspecto ambiental, ficariam sem insumos e, conseqüentemente, sem produtos, vendas, receitas e impostos. Além do mais, as próximas gerações não teriam a chance de conhecer grande parte da fauna e flora, pois seriam exterminados precocemente (ELKINGTON, 1997).

Por outro lado, são muitas as ações praticadas pelas empresas que agredem a natureza, desde a captação da matéria-prima até a produção, divulgação, expedição e transporte de produtos. Para tanto, cabe aos gestores repensarem seus planos e propor ações que diminuam tais impactos. Ademais, devem, de alguma forma, contribuir com a restauração, se possível, adquirir produtos renováveis em que a



organização possa destinar parte de seus recursos para beneficiamento da natureza (PEREIRA, 2016).

A devastação da natureza se intensificou, porém, o número de brasileiros que inseriram práticas para diminuir a crise ambiental aumentou, conforme pesquisa realizada pelo IBOPE em 2014, cerca de 69% dos 86 milhões de entrevistados, diziam estar dispostos a pagar mais caro e adquirir produtos sustentáveis. A reversão da degradação do meio ambiente não se trata de algo simples, mas pode ser diminuída com a colaboração de toda a sociedade, principalmente por parte do governo e das empresas, que possuem recursos que podem ser investidos. Simples mudanças nos hábitos diários, mas com grande valia e importância, podem ser praticadas, como, por exemplo, a redução no consumo de água e energia (BARBIERI *et al.*, 2010; OLIVEIRA, 2015).

Dentre os gastos exorbitantes presentes nas empresas, encontra-se o alto consumo de folhas de papel. Há seis anos, o IPEA (2013) estimou que cada servidor brasileiro consome em média 4.000 folhas por ano. Na época, a quantidade de servidores ativos apenas nos ministérios era de 50 mil pessoas, correspondendo a 200 milhões de folhas gastas anualmente. Ressalta-se que a matéria-prima natural deste produto são as árvores e, para a produção dos dados anteriormente apresentados, é necessário extrair aproximadamente quatro milhões de árvores da natureza.

Com o intuito de amenizar os danos causados pelos colaboradores, alguns decretos foram sancionados, buscando introduzir práticas sustentáveis nos poderes públicos. O Decreto nº 5.940/06 determina aos órgãos públicos, em todas as esferas e setores, que façam a separação dos resíduos recicláveis descartados por eles, bem como a destinação para os locais corretos, associações ou cooperativas prestadoras de serviços de reciclagem e afins, que podem firmar contrato junto à administração dos setores públicos (BRASIL, 2006).

Porém, boas condutas desempenhadas por somente um grupo de pessoas não são suficientes, pelo fato de os problemas ambientais se intensificarem com o passar do tempo. As estações do ano não estão mais definidas como eram. Chove granizo no inverno, característica com maior probabilidade de acontecer nos meses de verão. Enchentes, alagamentos e deslizamento de terra frequentemente desabrigam famílias (CAMPONOGARA; RAMOS; KIRCHHOF, 2009).

Estes fatores são consequências de atos imprudentes causados pelos seres humanos. Por exemplo, o descarte do lixo, que não é feito no local correto pois, nas ruas e em praças públicas, encontra-se acúmulo de resíduos. Está na hora de toda a sociedade, empresários, governo e parlamentares se unirem, tomando as devidas providências, impondo mais regras, normas, idealizado novos parâmetros, políticas de boas práticas, além de executarem ações que fomentem o desenvolvimento sustentável (PEREIRA, 2016).

2.1.3 Dimensão Social

Os empreendedores inserem suas empresas no meio social e precisam que outras pessoas os ajudem a auferir receita. Os gestores, sozinhos, não são capazes de executar todas as fases do trabalho, é preciso criar um elo com indivíduos da sociedade (PEREIRA, 2016). As relações das pessoas com a organização acontecem de diversas formas. Algumas prestam serviços com vínculo empregatício, no caso os empregados, ou sem vínculo. Outras fornecem matéria-prima e insumos para o



processo produtivo. Há ainda os que fazem parte do público-alvo, os clientes, que adquirem o produto ou serviço que a empresa oferece (PESSANHA, 2015).

Seguindo o que prega o TBL, a função da empresa vai desde proporcionar mais empregos até participar de políticas e ações públicas que visem o bem-estar social, assim como desenvolver atividades que abordem os dilemas e aborrecimentos presentes no cotidiano da população. Independente se forem práticas de combate ou de incentivo, pois irão variar de acordo com a dificuldade em questão, o importante é que estejam trabalhando também pela coletividade (PEREIRA, 2016).

Voltando esse olhar para empresa, encontram-se nela os colaboradores desempenhando suas funções, que, independente de qual seja, precisam obter entendimento do serviço que está sendo executado, e no qual o servidor irá desenvolver a experiência com o passar do tempo. Todavia, há cargos que requerem conhecimento técnico e especialidade, não apenas aprimorar como para atualizar suas táticas, visto que o mundo passa por mudanças frequentes, lei são sancionadas, modificadas ou até mesmo extintas (PESSANHA, 2015).

Os avanços tecnológicos, novas teses, teorias, métodos e técnicas são introduzidos e, por conseguinte, é fundamental que os gestores invistam em educação continuada para seus funcionários, agregando valor e sabedoria ao seu pessoal, com o efeito de um retorno tanto positivo e produtivo para a empresa, quanto satisfatório para os trabalhadores (PESSANHA, 2015).

Por vezes, práticas consideradas eficazes, que demandam menos tempo, utilizando insumos de maior durabilidade e menor desperdício, sem agredir o meio ambiente ou sem contribuir com a mão-de-obra escrava, não são exercidos dentro de organizações por falta de conhecimento. A carência por ensinamento, instrução, sapiência e habilidade gera dúvidas e receios de agir sem um alicerce que lhes mostre como fazer. Este é um dos motivos que impede que a sustentabilidade seja implantada nos processos produtivos, deixando, portanto, de aplicar seus recursos em inovação, bem como no eixo social da sustentabilidade (OLIVEIRA, 2015; PESSANHA, 2015).

Além de fornecer o aprimoramento através de estudos, um outro quesito deve ser assegurado aos colaboradores: a segurança. Salienta-se que garantir boas condições no ambiente em que se desenvolvem as atividades é dever do gestor para com seus servidores, conforme previstas no Decreto nº 5.452/1943 que aprovou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), instituindo além desses, outros direitos e deveres tanto aos empregados quanto aos empregadores (BRASIL, 1943).

Enquanto trabalha, o funcionário está sob responsabilidades da empresa e, como forma de aumentar a prevenção contra acidentes de trabalho, a seção IV deste decreto aborda regras com relação ao Equipamento de Proteção Individual (EPI). Tais utensílios também são de obrigação da organização disponibilizar gratuitamente aos colaboradores, mas como contrapartida devem usar ao exercer suas tarefas, podendo evitando uma série de complicações a saúde dos funcionários. Esta atribuição está prevista também no artigo 158 da Lei nº 6.514/1977 (BRASIL 1943, 1977).

Além disso, o Art. 163 da Lei nº 6.514/1977 obriga aos gestores a institucionalização da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), formada por empregados e empregadores, com mandato de um ano para cada comissão. Devem seguir atribuições de regulamentações do Ministério do Trabalho e agir com a finalidade de prevenir acidentes e doenças, prezando pela saúde dos servidores (BRASIL, 1943, 1977). Estas simples atitudes previstas em leis caracterizam-se como práticas sustentáveis que englobam o objetivo da TBL (VENTURINI, 2015).



2.2 SUSTENTABILIDADE NO SETOR PÚBLICO

A necessidade de um governo surge devido à existência de uma grande quantidade de pessoas, ocupando um território em uma mesma região geográfica, com conflitos e disputas por propriedades, poderes e direitos. Uma autoridade para comandar, estabelecer normas, regras e prover direitos à população. Esses são os requisitos para fundar um Estado: Pessoas em um território, comandadas por um governo. Há, porém quem confunda Estado com nação. Nação é basicamente uma sociedade construída com base em uma história, por pessoas que possuem a mesma origem étnica, falam o mesmo idioma, seguem hábitos culturais, religiosos e crenças semelhantes que fazem com que se relacionem habitando em um mesmo território. Em um Estado, portanto, pode haver várias nações (PASSAES *et al.*, 2013).

A administração pública surgiu justamente desta concepção, criada para gerir e amenizar tal anarquia. Portanto, encontra-se presente nas quatro esferas de governo: União, Estados, Distrito Federal e nos Municípios. Cada um desses âmbitos conta com apoio de três polos de poder, sendo eles: Executivo, Legislativo e Judiciário. Todos, obrigatoriamente, devem seguir o que está previsto da Constituição Federal de 1988. Contudo, por meio do poder legislativo, as esferas de governo possuem autonomia para o desenvolvimento de sua própria legislação. A Lei Orgânica, por exemplo, rege o funcionamento de um município, instituindo normas para a organização de uma cidade, obedecendo ao que está previsto na Constituição Federal e Estadual, sendo que para vigorar precisa da aprovação da Câmara Municipal de Vereadores (BRASIL, 1988; PASSAES, *et al.*, 2013).

Ademais, concede-se aos municípios competência para desenvolver ações que supram as necessidades de seus cidadãos, garantindo-lhes saúde, educação, segurança, saneamento básico, considerados essenciais para a sobrevivência (BRASIL, 1988). Podem, contudo, elaborar atos administrativos com o propósito de implantar a sustentabilidade dentro da organização pública, assim como programas que envolvam os munícipes (SILVA; BARKI, 2012).

Há pouco mais de dez anos é que os gestores públicos começaram a debater com maior frequência sobre a realidade econômica, social e ambiental. Até então, muitos recusavam-se abrir suas mentes, seus planos e metas para a questão da sustentabilidade, mas, devido à aceleração e crescimento dos problemas, com a ajuda da mídia e cobrança da sociedade, passaram a incluir esse assunto em suas reuniões (SILVA; BARKI, 2012). Pelo fato de a administração pública ser formada por muitos departamentos, órgãos e setores, desenvolver planos de ações sustentáveis para serem postas em prática não é uma tarefa fácil (BIDERMAN, *et al.* 2012).

As práticas sustentáveis estão tendo maior aceitabilidade. O público que já pratica dissemina esse conceito, fazendo com que mais pessoas se conscientizem da importância de preservar o que se têm. Essas pessoas também se empenham para obter recursos em prol de recuperar o que foi perdido, mas que ainda pode ser restaurado. A atuação do poder público frente a essas causas é indispensável, uma vez que se deve agir em favor do conforto dos cidadãos, garantindo-lhes segurança, boas condições naturais, zelando pelo patrimônio histórico-cultural, prosperando com ética e responsabilidade socioambiental (BRASIL, 1988; VENTURINI; LOPES, 2015).

Algumas legislações, explicitamente ou implicitamente, possuem aspectos sustentáveis. A Lei nº 9.795/1999, por exemplo, dispõe sobre a educação ambiental e, em suas entrelinhas, diz que se trata de um mecanismo que tende a aumentar a integridade da população por meio da construção de valores e hábitos que os farão



comportar-se de forma mais humana e responsável para com a sociedade e o meio ambiente. O Art. 205 da Constituição Federal concede a todos o pleno direito à educação de qualidade e é dever do estado em disponibilizá-la. Dessa forma, a Lei que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, em seu Art. 3º §1 encarrega à administração pública de abordar a questão ambiental como uma matéria praticada por todos os alunos, independente do seu nível de ensino, a fim de formar pessoas melhores com boas práticas de proteção ao ecossistema (BRASIL, 1988, 1999).

Todo cidadão tem o direito ao meio ambiente em boas condições, limpo e preservado. Conforme o Art. 225 da Constituição Federal (BRASIL, 1988). O Estado é citado como o responsável em garantir tal prerrogativa aos seus cidadãos, cuidando e zelando, preservando-o para as futuras gerações, pois, é um patrimônio natural nacional. Está disposto no §2º deste artigo que a recuperação e a restauração dos recursos naturais ficam integralmente sob responsabilidade do causador, de quem explorou e degradou, sob as penas previstas na legislação do órgão público ao qual o local pertence.

Uma outra imposição federal que nas entrelinhas remete a sustentabilidade é a Lei nº 8.666/1993 das Compras e Licitações. Quando os gestores públicos sentem a necessidade de adquirir algo, é que se inicia, por meio de uma solicitação, um processo licitatório. Existem seis modalidades de licitação, sendo que no Art. 22 está definido apenas cinco: tomada de preços, convite, concurso e leilão. Posteriormente, a Lei nº 10.520/02 adiciona o pregão como uma outra modalidade. O objeto e o valor da licitação são os fatores determinantes que direcionarão qual das modalidades será utilizada. A licitação serve para selecionar as empresas que irão firmar contrato para, então, fornecerem produtos, bens e serviços para com o órgão (BRASIL, 1993, 2002; BIDERMAN, et, al. 2012).

Nesse sentido, com base no Art. 3º Lei nº 8.666/1993 ao elaborar editais para compras de licitações, além de observar o princípio da isonomia, é sugerido à administração pública que os produtos ou serviços a ser adquiridos sejam de origem sustentável, considerando-se também critérios e práticas sustentáveis por parte da empresa licitante (BRASIL, 1993).

É o que prevê também o Decreto nº 7.746/2012 que instaurou diretrizes a serem seguidas para a escolha dos produtos. Os itens comprados não podem prejudicar a biodiversidade, a fauna, flora e os demais recursos naturais. Devem apresentar maior eficiência em sua funcionalidade de modo que não desperdice água e otimize tempo de consumo de energia (BRASIL, 2012).

Além do mais, a relação das compras públicas deve ser publicada de acordo com o princípio constitucional explícito da Publicidade previsto no Caput Art. 37 da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Assim, qualquer pessoa pode ter acesso tanto à especificação quanto a quantidades e valores. Logo, elas podem agir como incitante para que as instituições privadas passem a suprir seus estoques e almoxarifados com produtos sustentáveis, mesmo que paguem um pouco mais caro, pois representam 10% do PIB brasileiro (ESTADÃO, 2013; OLIVEIRA, 2015).

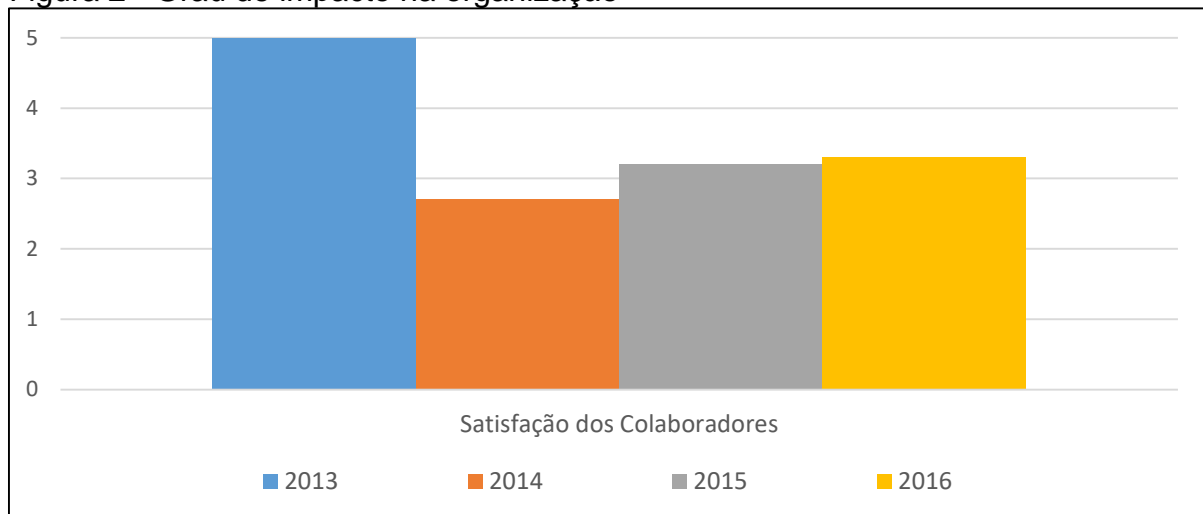
Sabendo de tais leis e decretos, Oliveira (2015) defendeu em seu trabalho de conclusão de curso, apresentado na Universidade de Brasília, a implantação de licitações sustentáveis em um órgão ligado à saúde. Buscou alternativas para implantar requisitos sustentáveis nos editais de licitação para que passassem a adquirir um maior número de produtos sustentáveis. Com sua pesquisa, ele constatou que há gestores cada vez mais interessados em aderir. Mas também encontrou alguns desinteressados em aplicar, o que se torna uma barreira, pois acabam gerando



desentendimento. Outros ainda não estão bem instruídos, não recebem capacitação e, portanto, não sabem executar, fazem apenas o que está exigido nas leis que os regem. Com essa conclusão, pode-se remeter à afirmação de Pessanha (2015): conhecimento nunca é demais, as pessoas que cultivam um arcabouço de informações, experiências e sabedoria estão preparadas para novos desafios, saberão portar-se diante das inovações.

Em um outro estudo, desenvolvido por Santos (2016) na empresa *Green Company* Gestão Ambiental, observou-se graficamente a satisfação dos colaboradores após a implantação da sustentabilidade dentro organização. Esses índices decaíram no ano seguinte, conforme se observa na Figura 2.

Figura 2 - Grau de impacto na organização



Fonte: SANTOS (2016, p. 117).

O autor explica que essa queda se deu pelo fato de não saberem como agir após a implantação. A ausência de conhecimento mais uma vez é um dos bloqueios que interferem na gerência eficaz de uma instituição (SANTOS, 2016).

Se bem que há muitas práticas sustentáveis que podem ser inseridas no setor público, em virtude de haver na administração, diversos gastos com altíssimo consumo. Dentre esses gastos, muitos não são apropriados de maneira correta, consequentemente gerando desperdícios, acarretando na elevação dos custos e um alto desembolso para repor esses materiais no estoque. Os dispêndios com folhas de papel para uso administrativo são espantosos. Os copos descartáveis são outro exemplo de utensílios que diariamente passam por um elevado consumo. Pesquisas de 2009 apontaram que, em média, cada servidor público utilizava cerca de 500 copos por ano, que ao ser aplicado em um órgão de grande porte composto por 50.000 servidores, resultou em 25 milhões de copos descartáveis “esbanjados” anualmente, causando detrimientos financeiros e ambientais (IPEA, 2013).

Uma alternativa que é capaz de conter o esbanjamento dos copos descartáveis por parte dos servidores é substituir o utensílio em questão por garrafas e canecas reutilizáveis, ficando cada funcionário responsável por higienizar e guardar o seu após o uso, deixando os descartáveis disponíveis apenas para os visitantes. Cabe ressaltar que, ao lavar as garrafas e canecas, não é preciso grande quantidade de produto esterilizador e água. Ressalta-se que, ao ensaboar o utensílio, a torneira



deve estar fechada para evitar o consumo desnecessário (ECYCLE, 2013; IPEA, 2013).

Diversos são os métodos que podem ser adotados, com a intenção de minimizar o desperdício de recursos. Por exemplo, usufruir da tecnologia ao seu favor, visto que, por meio da *internet*, é possível realizar videoconferência, e os assuntos mais simples podem ser tratados por correspondências eletrônicas, a fim de evitar ligações por telefone, já que as distribuidoras de internet cobram uma mensalidade fixa mensal, diferente dos serviços de telefonia que o valor a ser pago é decorrente da quantia de ligações realizadas. Do mesmo modo, o deslocamento que necessita de passagens ou combustível pode ser evitado, tal qual em algumas situações os funcionários ou gestores acabam gastando com alimentação e estadia em suas viagens a congressos, cursos ou reuniões (BARBIERI *et al.*, 2010; IPEA 2013).

Venturini e Lopes (2015) apontam outras práticas para cada eixo da TBL que podem ser aderidas pelo setor público, conforme Quadro 1.

Quadro 1 - Modelo *Triple Bottom Line* e as Práticas Sustentáveis na Administração Pública

Dimensões do <i>Triple Bottom Line</i>	Práticas Sustentáveis na Administração Pública
Ambiental	Instituição da Agenda Ambiental na Administração Pública; Implantação e obrigatoriedade da licitação sustentável; Ações de conscientização promovidas pelo Ministério do Meio Ambiente; Criar e implementar ferramenta de avaliação sobre sustentabilidade; Troca de encontros presenciais por videoconferências; Programar e executar a logística reversa; Gerenciar e destinar adequadamente os resíduos produzidos pela administração pública.
Econômico	Uso racional da energia elétrica e busca de fontes alternativas; Redução do consumo de papel e de qualquer outro material de expediente; Adoção do processo jurídico em formato eletrônico; Evitar o desperdício de água e buscar o consumo consciente; Procedimentos relativos à aquisição, armazenamento, distribuição e controle dos materiais de consumo e referentes às unidades do Tribunal de Justiça; Detecção de que existe desperdício ou abuso de recursos e implementação de procedimentos de melhoria.
Social	Busca de uma melhor qualidade de vida da força do trabalho; Segurança no trabalho; Qualidade dos espaços físicos e estímulo ao sadio relacionamento social; Prevenção de acidentes de trabalho; Monitoramento do nível de ruído no ambiente de trabalho; Adquirir, distribuir e fiscalizar a utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs); Estimular a educação continuada e a capacitação; Elaborar programa integrado de incentivo ao lazer, esporte e cultura intensificar ações que privilegiem higiene, segurança e conforto no trabalho; Adotar ou substituir mobiliário optando sempre por versões ergonômicas.

Fonte: Adaptado de Venturini e Lopes (2015, p. 12).

É perceptível, dentre as ações elencadas por Venturini e Lopes (2015) que alguns métodos associam a necessidade de conscientização sobre os problemas, desenvolvendo ações e programas que possam sensibilizar as pessoas perante às dificuldades. A pretensão é despertar o interesse mútuo em praticar costumes sustentáveis, portar-se com postura, revendo seus atos, economizando tempo,



dinheiro e materiais (SANTOS, 2016). Outros ainda remetem a qualificação e ao ensino sobre sustentabilidade, que é cabível tanto para os funcionários, quanto para a população em geral.

Além do mais, colaboradores capacitados facilitaram a inserção do Tripé da Sustentabilidade na organização. Para o restante da população é fundamental que agreguem conhecimento, até porque, para conseguir reverter os problemas ambientais e sociais, só é possível com o empenho de todos: governo, empresários e cidadãos (PESSANHA, 2015; PEREIRA, 2016; SANTOS, 2016).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Antes de iniciar a pesquisa é necessário definir os procedimentos metodológicos para o enquadramento do estudo, visando alcançar os objetivos e responder à questão problema. Os dados coletados podem ser estudados com base em cálculos, estatísticas, métodos matemáticos, ou por meio de narrativas, entrevistas, questionários e observações.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

De acordo com estudos feitos por Vianna (2001), a pesquisa qualitativa se baseia em dados descritivos, pontos de vista, teorias, convicções, razões, relevâncias, que serão apurados a partir de observações, questionários e documentos, que darão um sentido para o que se busca compreender a partir do estudo. Além do mais, os procedimentos adotados serão de forma descritiva, visto que a grande parte dos materiais apurados são palavras e poucos números.

Seguindo esse conceito, a abordagem deste trabalho foi qualitativa, pois foi feita a coleta de informações para posterior análise para aplicação de uma ideia conceitual formada. A pesquisa foi aplicada em um setor público, que é regido por muitas leis, com rigorosas fiscalizações, sendo obrigatória a execução das funções com o máximo de transparência possível, porque presta serviços em prol da sociedade.

Um outro ponto a definir é a respeito do tipo do estudo, onde encontra-se o teórico e o empírico, além de delinear os objetivos de sua execução. A natureza do estudo é descritiva, já que evidenciou as etapas e ações da pesquisa-ação, conceituando aspectos de gestão de sustentabilidade, pelo fato de esta ser a base teórica que sustentará a análise, mais especificamente a teoria do *Triple Bottom Line*.

O método selecionado para realização foi a pesquisa-ação, que se caracteriza por ser uma ferramenta que desenvolve um plano com as etapas de ações em busca de solucionar problemas em comum entre o pesquisador e os outros membros presentes no estudo. Tanto o pesquisador, quanto os demais envolvidos possuem relação direta e intrínseca com o problema em questão. A relação do explorador com a área de estudo é frequente e direta, facilitando o acesso aos dados e informações na fase exploratória (GIL, 2007).

O questionário como técnica de pesquisa, foi instrumento chave, visto que é formado por uma sequência de perguntas respondidas pelo público-alvo, que receberam um informativo com o propósito da pesquisa e responderam de acordo com seus hábitos, práticas e gostos. Inclusive, por não conter a identificação da pessoa que está respondendo, a chance de o pesquisador receber informações



verdadeiras é bem maior, pois o anonimato conforta as pessoas, deixando-as mais à vontade para responder (MARCONI; LAKATOS, 2010).

Outra técnica escolhida foi a observação direta. Tal estratégia fez com que o envolvimento do pesquisador participante faculte em acompanhar de perto e facilite na coleta das informações (MARCONI; LAKATOS, 2010).

3.2 PROCEDIMENTO DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

A aplicação da pesquisa aconteceu no setor administrativo de um órgão público, localizado no sul de Santa Catarina. A coleta dos dados foi realizada por meio de um questionário semiestruturado, aplicado com 35 servidores públicos que desenvolvem suas funções no centro administrativo em estudo. Através deste método, colheram-se informações da quantidade média de copos usados diariamente, além de outras informações sobre o interesse dos funcionários em aderir a práticas sustentáveis e seus pontos de vista quanto à substituição dos copos plásticos por garrafas e canecas.

A pesquisadora também é usuário do utensílio em estudo. Além disso, o controle dos copos armazenados ficou sob seus cuidados, portanto, acompanhou-se de perto o processo de reposição dos copos. Sendo assim, com base em seu próprio comportamento coletou dados e materiais para seu arcabouço.

Após conhecer a etapas a serem seguidas, foi desenvolvido o Quadro 2 que evidencia de forma sintetizada, os procedimentos da pesquisa-ação.

Quadro 2 - Procedimentos da Pesquisa-Ação

Etapa	Descrição
Fase Exploratória	Observação analítica em campo, a fim de selecionar um material com consumo exorbitante.
Formulação do Problema	É viável substituir copos plásticos descartáveis por garrafas e canecas, para uso dos colaboradores do setor administrativo de uma prefeitura?
Construção de Hipóteses	Substituir os copos descartáveis por utensílios reutilizáveis, e conscientizar os servidores.
Realização de Seminários	Realização de palestra e pesquisa dentro da repartição pública; Apresentação da ideia aos funcionários.
Seleção da Amostra	Selecionados todos os funcionários que atuam diariamente dentro do recinto.
Coleta de Dados	Controle diário do consumo de copos plásticos; Aplicação de questionário semiestruturado, após a palestra conscientizadora sobre o uso dos copos plásticos descartáveis; Relatórios emitidos pela contabilidade e tesouraria do órgão, para verificação da quantidade adquirida de descartáveis durante o período de janeiro de 2018 a abril de 2019.
Análise e Interpretação dos Dados	Tabulação e categorização das respostas obtidas no questionário; Tabulação do acompanhamento diário do consumo de descartáveis
Elaboração do Plano de Ação	Conscientização dos funcionários do setor por meio de palestras, eventos e com a disponibilização do material reutilizável substituto dos descartáveis.
Divulgação dos dados	Elaboração de um artigo científico para o Trabalho de Conclusão de Curso.

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Por meio do Quadro 2, pode-se visualizar com maior clareza as etapas que compõe o método, o plano de ação e de qual forma a pesquisadora atingiu cada quesito.



Por se tratar de uma população pequena, o procedimento de amostragem seguiu uma coleta do tipo censitária: toda a população enfoque do estudo foi pesquisada. Elaborou-se um questionário objetivando associar dados como o gênero, faixa etária e escolaridade a fatores relacionados à sustentabilidade e à utilização de copos plásticos descartáveis. Os questionários foram aplicados pela pesquisadora após as devidas considerações de sigilo de informação, bem como o consentimento livre e esclarecido dos respondentes.

Os dados coletados foram tabulados para posterior análise, no *software* IBM *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) versão 21.0. As amostras uma vez que se mostraram em suma qualitativas, foram descritas por meio de frequência e porcentagem. Todos os resultados foram expressos por meio de tabelas. As análises estatísticas de natureza inferencial foram realizadas com um nível de significância $\alpha = 0,05$, portanto considerando um intervalo de confiança de 95%. Para a realização das associações estatísticas, foram utilizados os testes Qui-Quadrado de Pearson, teste Exato de Fisher e Razão de Verossimilhança.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção, serão explanadas as ações que foram e continuam sendo aplicadas no setor administrativo da prefeitura municipal de Morro Grande/SC, com relação a *Triple Bottom Line* e suas três dimensões: econômica, ambiental e social.

4.1 AÇÕES RELATIVAS À DIMENSÃO ECONÔMICA

Após a percepção do consumo de copos plásticos por parte dos servidores, foram emitidos relatórios junto ao setor de contabilidade e tesouraria para mensurar a quantidade de copos adquirida no período de janeiro de 2018 a abril de 2019 (16 meses). Através dos documentos, pode-se apurar um montante de 10 caixas consumidas no período do copo de 180 ml, equivalente a 25.000 unidades com custo de R\$ 605,00. Já os copos com capacidade de 80 ml, foram adquiridos 6 caixas, proporcional a 15.000 unidades, igual a R\$ 735,00.

Dentre as alternativas de substituição dos descartáveis por reutilizáveis estavam as canecas fabricadas em aço inoxidável com capacidade de 180 ml e as garrafas do tipo *squeeze*, do mesmo material, com capacidade de 550 ml. Realizou-se pesquisas de preço e apurou-se os custos aquisitivos de R\$ 11,00 reais para canecas e R\$ 20,00 reais o *squeeze*. Estas opções são as mais indicadas por questão de durabilidade e por ser os materiais que menos apresentam malefícios para saúde do ser humano.

Tendo em vista que o setor em estudo tem 35 funcionários, a quantidade em média necessária seria de 50 unidades, para poder estocar e garantir caso algum servidor estrague ou perca, e também, quanto menor a quantidade maior o valor unitário. Dessa forma, multiplicando a quantidade pelo custo aquisitivo, resulta em um total de R\$ 1.550,00 reais. Porém, a adesão por parte dos empregados era incerta. Não era possível afirmar que todos passariam a usar os novos materiais disponibilizados e, por se tratar de um desembolso um tanto quanto alto para uma questão duvidosa, a administração acatou a ideia em partes. Foram adquiridos uma caneca de cerâmica e um copo com tampa e canudo, fabricado em acrílico, com capacidade de 550 ml, para cada servidor que atua na repartição pública em estudo.



A caneca custou R\$ 7,00/un, enquanto o copo custou R\$ 3,00/un. Os utensílios disponibilizados foram denominados como “material piloto”. Dessa forma, a compra feita pela administração referente aos copos acrílicos, mais as canecas, totalizou R\$ 350,00. Salienta-se que a diferença de valores entre os materiais se dá devido à sua composição, uma vez que o acrílico é mais barato que a cerâmica.

Tendo em vista a quantidade de copos adquiridos durante os 16 meses, bem como o custo desse período, e usando uma média de 35 funcionários presentes diariamente, apurou-se o custo mensal que os copos plásticos descartáveis geravam para a administração. Vale salientar que a quantidade de descartáveis consumida pelos visitantes não foi computada para o cálculo do consumo anual e mensal, nesta pesquisa. Seguem os resultados no Quadro 3.

Quadro 3 - Custo mensal para o consumo de copos descartáveis

	Consumo de copos		Totais
	180 ml	80 ml	
Volume	180 ml	80 ml	
Quantidade	25.000	15.000	
Custo (16 meses)	R\$ 605,00	R\$ 735,00	R\$ 1.340,00
Custo (mensal)	R\$ 37,81	R\$ 45,94	R\$ 83,75

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Com base no Quadro 3, considerando os custos da utilização dos copos descartáveis divididos por 16 meses, tem-se um custo mensal de R\$ 83,75. Se comparar com o custo de aquisição do material piloto para 35 funcionários tem-se um custo total de R\$ 350,00. Dividindo-se pelo custo mensal de aquisição de descartáveis, pode-se afirmar que o material piloto seria pago em, aproximadamente, quatro meses e meio. Confrontando o custo dos copos plásticos descartáveis, com o “material piloto” disponibilizado para análise, percebe-se uma economia anual de R\$ 655,00.

No entanto, se comparar os descartáveis com o material ideal, que são as canecas e os *squeezes* de aço inox, estes que possuem um custo total de R\$ 1.550,00, dividindo pelo custo mensal dos descartáveis, seria preciso, aproximadamente, de dezoito meses e meio para pagar a compra deste material ideal.

4.2. AÇÕES RELATIVAS À DIMENSÃO SOCIAL

Atualmente a prefeitura de Morro Grande é o órgão que mais emprega no município e por ser uma organização que deve trabalhar com o máximo de transparência, além de ter que prestar suas contas à sociedade que a envolve, tornou-se, dessa forma, um exemplo de organização para os morrograndenses. Sendo assim, as ações praticadas pela prefeitura estão sendo vistas pela população da cidade, e os empregados conscientizados sobre o uso dos copos descartáveis são, automaticamente, instrumentos disseminadores do conhecimento para demais pessoas.

Partindo dessa concepção a pesquisadora enviou uma mensagem para 30 funcionários apresentando a ideia do trabalho, juntamente com um vídeo informativo e conscientizador sobre os malefícios dos copos plásticos. Dos 30 contatos, 16 são mulheres e 14 são homens. Desta ação, obteve-se um *feedback* de 47% do público, sendo a mesma quantidade de respostas tanto masculinas quanto femininas. Houve respostas um tanto quanto envergonhadas das suas próprias ações, mas se



comprometendo em mudar. Outros comentaram sobre os canudos e demais plásticos que estão sendo acumulados no oceano. Sem serem questionados sobre o uso de garrafas e canecas, seis pessoas comentaram que já faziam o uso dos materiais reutilizáveis, e outras três adquiriram após assistir o vídeo. De forma geral, todos se dispuseram em ajudar.

Em seguida, no dia 29 de abril de 2019 a pesquisadora apresentou para os servidores em estudo um seminário visando alertar para os malefícios do uso dos copos descartáveis, que tinha como título “Encha a mente não o lixo”. A palestra abordou os diferentes tipos de plásticos mais frequentes no dia-a-dia, bem como os pontos negativos que alguns desses materiais causam tanto para o meio ambiente, quanto para a saúde, não deixando de citar os benefícios que outros possuem, desde que usados de forma correta.

Algumas das informações debatidas haviam sido ditas no vídeo da primeira ação executada, mas o que se pode perceber é que alguns não recordavam. No entanto, o público presente fez críticas e elogios; além disso, sugeriram que nas próximas licitações sejam adquiridos copos do tipo 5, estes que são fabricados em polipropileno (PP), que são os menos prejudiciais para a saúde. Comprometeram-se em deixar de utilizar o plástico e passar a usar os novos utensílios.

Ao final do evento todos receberam os “materiais pilotos reutilizáveis”: a xícara de cerâmica para ser utilizada com líquido quente ou frio. Ganharam também um copo de acrílico com tampa e canudo e foram orientados a utilizar este material apenas com líquido frio, pois, em contato com o líquido quente, o acrílico libera substâncias prejudiciais à saúde. O copo é personalizado com o brasão da prefeitura e com o *slogan* do evento. Os materiais pilotos reutilizáveis entregues estão ilustrados na Figura 3.

Figura 3 - Caneca de cerâmica e copo de acrílico



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Para reforçar o conhecimento repassado neste dia e deixar como material de apoio para eventuais dúvidas, a pesquisadora elaborou um *flyer* (Figura 4) com os assuntos mais importantes que foram explanados no vídeo e na palestra. Tal instrumento pode tanto ser guardado no local de trabalho, quanto distribuído para

outras pessoas que não assistiram o seminário, pois o conteúdo didático é de fácil entendimento para todos os públicos.

Figura 4 - Flyer conscientizador



ENCHÁ A MENTE NÃO O LIXO
Conscientização do Copo Plástico

- O plástico advém do petróleo, e sua extração causa grande impacto ambiental;
- Para produção e reciclagem do copo utiliza muita água e energia elétrica;
- A quantidade nos aterros sanitários está cada vez maior;
- No Brasil, apenas 16% dos copos plásticos são reciclados;
- Por não ser um material biodegradável, o plástico é prejudicial ao meio ambiente.

No Brasil, aproximadamente 720 milhões de copos plásticos são descartados por dia, o que corresponde a cerca de 1.500 toneladas de resíduos diários.

Um copo geralmente possui vida útil de 30 segundos mas, na natureza, pode levar até 400 anos para se decompor.

Uma pessoa consome em média 500 copos por ano. Visto isso, em um órgão com 50 servidores, resulta em cerca de 25.000 copos anuais.

Você utiliza copos "PS" ou poliestireno, indicado pelo n° 6 (Figura 1). Estes não são indicados para receber calor, pois liberam uma substância chamada estireno, prejudicial para sua saúde, podendo causar:

- Câncer
- Depressão
- Problemas neurológicos
- Infertilidade
- Dores na cabeça
- Perda auditiva

Repense nos seus atos, substitua os copos plásticos por garrafas ou canecas.

Projeto de Conclusão de Curso / Ciências Contábeis - UNLSC
Acadêmica Elizana Marcello / Design - Erik Fenali

ADOTE ESTA IDEIA, CANEQUE-SE!

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Pode-se perceber que muitos assuntos abordados no vídeo enviado anteriormente haviam sido esquecidos, porém, os que se fizeram presentes elogiaram, espantaram-se com as informações sobre os malefícios à saúde e ao meio ambiente. Comprometeram-se em deixar de utilizar o plástico e passar a usar os novos utensílios.

4.3 AÇÕES RELATIVAS À DIMENSÃO AMBIENTAL

No decorrer da pesquisa, foi realizado o controle do consumo diário de descartáveis no período de janeiro a maio de 2019. Mediante autorização dos gestores, o almoxarife dos copos foi controlado pela pesquisadora, sendo ela a responsável por repor os copos para uso dos servidores. Com o auxílio de uma planilha no Excel, foi possível mensurar, em média, quantos copos estavam sendo consumidos mensalmente, tanto os copos de 180ml quanto os de 80ml. Para analisar os dados, os copos serão denominados como “A” e “B” respectivamente. Os Quadros 4 e 5 evidenciam os consumos dos dois tipos de copos.

Quadro 4 - Consumo do copo A

Consumo	Mês				
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior



Mensal	900	1000	1200	1000	600
Diário (média)	36	43	43	41	23

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Na temporada de verão a prefeitura, por meio de decreto, reduz o horário de expediente para seis horas diárias. Sendo assim, nos dois primeiros meses em análise, os funcionários frequentavam o recinto apenas das 7:00 às 13:00 horas. O consumo do mês de janeiro foi um dos menores; vale ressaltar, no entanto, que neste mês, dez servidores se ausentaram para férias, conforme dados fornecidos pelo setor de recursos humanos. No mês de março, o expediente voltou a ser de oito horas diárias, o que justifica o aumento no consumo mensal, no entanto a média diária permaneceu próxima a do mês anterior.

Em abril, o consumo mensal de descartáveis decresceu, em função dos feriados e o início a campanha, que teve como marco o envio de um vídeo educativo aos servidores, além das palestras “Encha a mente não o lixo”, e o “Dia sem copo”.

Tais ações ocasionaram na redução do consumo, tanto por terem sido presenteados com o material-piloto, como pelo fato de saberem da aplicação da pesquisa, que estavam sendo avaliados e que suas ações influenciariam nos resultados. O maior reflexo das ações está explícito no mês de maio, sendo este o mês com menor consumo. Comparando com o mês de março que registrou o ápice, em 60 dias houve uma queda de 50% no consumo, após as ações realizadas o consumo reduziu.

Quadro 5 - Consumo do copo B

Consumo	Mês				
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior
Mensal	600	700	1000	600	400
Diário (média)	33	37	43	38	27

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Os mesmos fatores do Quadro 4: horários de expediente e férias de funcionários, foram os determinantes para os números apresentados no Quadro 5 com relação ao consumo dos copos B. Mas, diferente do outro copo, este não possuía um grande volume em estoque, o que resultou na falta do utensílio em alguns dias. Este equívoco aconteceu nos meses de abril e maio, e a escassez do material em alguns dias ocasionou a baixa no consumo mensal. Assim como no Quadro 4, neste, o pico de maior consumo também foi em março, registrando um aumento de 66% com relação ao primeiro mês.

A fim de reforçar a campanha e solicitar que os servidores pegassem seus materiais pilotos antes de saírem de suas salas para buscar água ou café, no dia 30 de abril de 2019, aconteceu o evento “Dia sem copo”. Esta ação teve o intuito de forçá-los a utilizar apenas os utensílios reutilizáveis. Na ocasião, foram recolhidos todos os copos que estavam à disposição dos empregados do setor administrativo, deixando copos descartáveis disponíveis apenas para os visitantes do dia.

Quanto a vida útil dos materiais, estima-se que um copo plástico descartável tem em média, 13 segundos de utilidade: é o tempo de ser apanhado, usado e descartado. Todavia, em oposição, a xícara de cerâmica pode durar por muitos anos, desde que higienizada, guardada e manuseada com cuidado para não quebrar, pois é um composto frágil. O copo de acrílico por sua vez, é mais resistente a quedas,



comparando com a cerâmica, mas as rachaduras não podem ser desconsideradas devido ao mau-uso, falta de limpeza e descuido que podem ocasionar.

4.4 ANÁLISE ESTATÍSTICA DOS DADOS

Durante a campanha foi realizada uma pesquisa com os funcionários da prefeitura, conforme foi descrito na metodologia. O público desta pesquisa foram os 32 funcionários que estavam presentes no dia do evento “encha a mente não o lixo”. A Tabela 1, mostra os resultados em termos de frequência e porcentagem.

Tabela 1 - Distribuições de frequências dos dados obtidos.

	n(%) n=32
Sexo	
Masculino	14 (43,8)
Feminino	18 (56,3)
Faixa etária	
18 a 25 anos	3 (9,4)
26 a 30 anos	7 (21,9)
31 a 35 anos	4 (12,5)
36 a 40 anos	1 (3,1)
41 anos ou mais	17 (53,1)
Escolaridade Completa	n =20
1º ao 4º ano	0 (0,0)
5º ao 9º ano	1 (5,0)
Ensino Médio	5 (25,0)
Graduação	5 (25,0)
Pós-Graduação	9 (45,0)
Escolaridade Incompleta	n = 12
1º ao 4º ano	1 (8,3)
5º ao 9º ano	1 (8,3)
Ensino Médio	1 (8,3)
Graduação	5 (33,3)
Pós-Graduação	9 (41,7)

n (%): número de respondentes e porcentagem.

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Pode-se observar na população um percentual feminino de 56,3%, com faixa etária de 41 anos ou mais (53,1%), seguida de um grupo de 21,9% entre 26 a 30 anos.

A escolaridade encontrada entre os 32 respondentes, apresentaram os seguintes resultados: 20 possuem escolaridade completa e destes 9 são pós-graduados. Os demais (12), afirmaram níveis escolares incompletos, com a predominância de pós-graduação incompleta (41,7%) e graduação incompleta (33,3%).

Para a análise inferencial, foram considerados o sexo, faixas etárias e escolaridades, de modo a determinar uma possível associações às questões sustentáveis relacionadas a copos plásticos descartáveis. Conforme mostra a Tabela 2.

Tabela 2 - Evidência de desperdício e comportamento sustentável.

	Sexo, n (%)		Valor-p
	Masculino n = 14	Feminino n = 18	
Usa garrafa d'água durante expediente			



Sim	4 (28,6)	15 (83,3) ^a	0,002 [†]
Não	10 (71,4) ^a	3 (16,7)	
Usa caneca durante expediente			
Sim	0 (0,0)	9 (50%) ^a	0,002 [‡]
Não	14 (100,0) ^a	9 (50%)	
Quantidade de copos no dia a dia			
1 a 2	3 (21,4)	10 (62,5) ^a	0,020 ^{‡‡}
3 a 5	5 (35,7)	5 (31,3)	
Mais de 5	6 (42,9) ^a	1 (6,3)	

[†] Valores obtidos por meio da aplicação do teste Qui-quadrado de Pearson.

[‡] Valores obtidos por meio da aplicação do teste Exato de Fisher.

^{‡‡} Valores obtidos por meio da aplicação do teste Razão de Verossimilhança.

^a Diferenças estatisticamente significativas após análise de resíduo.

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Conforme a Tabela 2, pode-se observar que existe uma associação estatística entre o sexo dos respondentes com a quantidade de copos consumidos no dia a dia, e o uso de garrafas d'água durante o expediente. Assim, coloca-se em evidência a utilização de maior quantidade de copos plásticos por parte dos colaboradores do sexo masculino (42,9%), utilizando mais de cinco copos diariamente, em paralelo aos do sexo feminino, que utilizam apenas um ou dois copos (62,5%). Vale ressaltar também, que os comportamentos ligados a uma noção sustentável, indiretamente, estão presentes estatisticamente, com significância, nos colaboradores do sexo feminino.

A Tabela 3 mostra a relação entre a escolaridade e a sustentabilidade ambiental.

Tabela 3 - Escolaridade e conhecimento do dano causado ao meio ambiente.

	n (%)			Valor-p
	Informação sobre danos causados ao meio ambiente pelo descarte dos copos plásticos			
	Muita	Suficiente	Pouca	
Escolaridade Completa	n = 3	n = 15	n = 2	0,054 ^{‡‡}
1º ao 4º ano	0 (0,0)	0 (0,0)	0 (0,0)	
5º ao 9º ano	0 (0,0)	0 (0,0)	1 (50,0)	
Ensino Médio	0 (0,0)	5 (33,3)	0 (0,0)	
Graduação	2 (66,7)	2 (13,3)	1 (50,0)	
Pós-Graduação	1 (33,3)	8 (53,3)	0 (0,0)	
Escolaridade Incompleta	n = 3	n = 15	n = 2	0,272 ^{‡‡}
1º ao 4º ano	0 (0,0)	0 (0,0)	1(33,3)	
5º ao 9º ano	1(33,3)	0 (0,0)	0 (0,0)	
Ensino Médio	0 (0,0)	1 (16,7)	0 (0,0)	
Graduação	0 (0,0)	3 (50,0)	1(33,3)	
Pós-Graduação	2 (66,7)	2 (33,3)	1(33,3)	

^{‡‡} Valores obtidos por meio da aplicação do teste Razão de Verossimilhança.

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

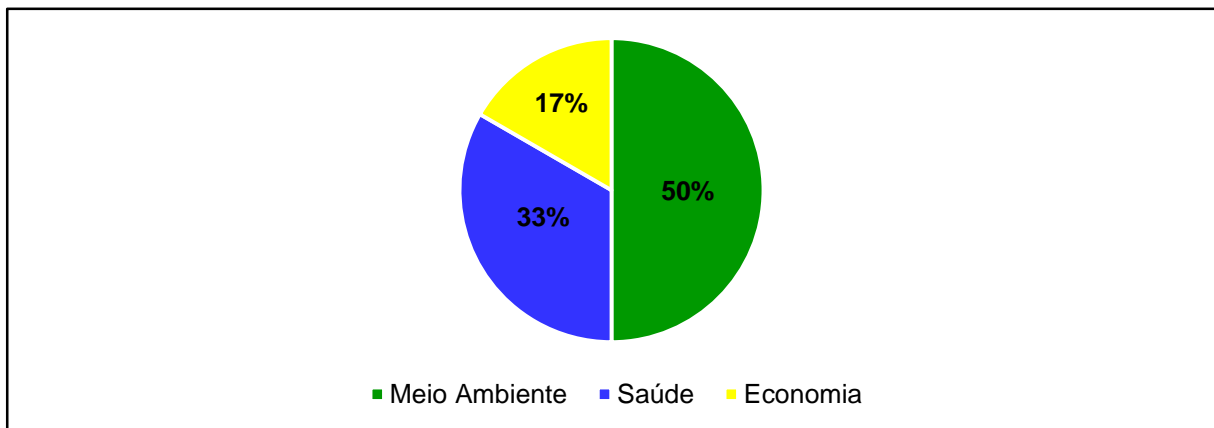
Quanto às escolaridades, tanto completas quanto as que são incompletas, tem-se através da Tabela 3, um comparativo com a informação a respeito dos danos causados ao meio ambiente pelo descarte de copos plásticos. Pode-se destacar que prevalecem respondentes pós-graduados, dentro dos que consideram informações sobre os danos causados ao meio-ambiente, suficientes. O valor de “p”, relativos às escolaridades, presente na Tabela 3, sugere que ainda não existem evidências suficientes para afirmar associação entre a escolaridade e a suficiência ou



insuficiência de informações sobre os danos causados ao meio-ambiente. Para trabalhos futuros, sugere-se realizar uma coleta de dados com um número maior de respondentes, de modo a identificar possíveis associações.

Algumas das questões propostas apresentavam espaço para que os interrogados justificassem suas respostas ou deixassem suas opiniões. Dentre as perguntas, uma delas buscava saber o ponto de vista dos funcionários a respeito da ideia de substituir os descartáveis por reutilizáveis. Foi possível identificar as três áreas da TBL sendo citadas nos comentários, pois a maioria afirmou, com suas próprias palavras, que esta ação contribui com o meio ambiente, com a saúde e com a economia do dinheiro público. A Figura 5 mostra em percentual, o quanto cada esfera da TBL foi mencionada como uma contribuição gerada pela substituição dos materiais.

Figura 5 - Contribuição da substituição dos descartáveis na visão dos servidores



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

A questão ambiental foi a mais argumentada, seguida pela preocupação com a saúde. A questão econômica foi a que apresentou menor número de menções; isso, porém, não quer dizer que não há contribuição para a economia das despesas, apenas evidencia que as outras questões são as que os funcionários mais percebem que há retorno.

Outra questão tinha o propósito de apurar a quantidade de pessoas que acreditam que é viável deixar de utilizar os copos plásticos para aderir aos reutilizáveis. Dos interrogados, 85% afirmaram que há possibilidade e que tudo é questão de organização e comprometimento do servidor em cuidar e higienizar o seu material.

No entanto, os outros 15% dos empregados assinalaram a opção “em partes”. Estes funcionários justificaram que depende do local, pois no ambiente de trabalho em análise é possível, mas em outros recintos ou eventos que estão como visitantes, torna-se complicada a implantação devido a necessidade de higienização.

A limpeza do utensílio foi outro motivo relatados como dificuldade para alguns dos colaboradores, devido ao fato de não ter uma cozinha próximo às suas salas, tendo que deslocar-se para um outro andar do centro administrativo. Mencionaram a ideia de responsabilizar uma pessoa para lavar todas as canecas no final do expediente.

Contudo, além de diversas parabenizações e elogios pela iniciativa, houve comentários sugerindo que, frequentemente, sejam realizadas ações conscientizadoras, não só no órgão em estudo, mas nos demais âmbitos, inclusive



que esta atitude seja apresentada para outras prefeituras e inseridas nas empresas privadas. Por fim, um dos relatos remeteu e relacionou a uma síntese desta pesquisa: pequenas ações geram grandes resultados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cuidado com o meio ambiente e a prevenção de ações que lhe causem danos devem ser praticados por toda a sociedade. Entretanto, não são todos que estão dispostos a ajudar nessa causa. Dentre as dificuldades para as ações serem executadas, está a conscientização das pessoas, visto que elas são as principais responsáveis pela degradação da natureza e pela poluição. Portanto, iniciativas para recuperação dos danos causados são sempre valorosas, especialmente quando se promove estas ações em ambientes de grande circulação de pessoas.

Através desta pesquisa, objetivou-se aplicar os conceitos da sustentabilidade no setor administrativo, em uma prefeitura do sul de Santa Catarina, com o intuito de conscientizar os servidores sobre os malefícios que o mau-uso de descartáveis acarreta ao meio ambiente e a saúde do cidadão. Tendo em vista que no artigo 3º §1 da Lei nº 9.795/1999, prevê que a administração pública deve promover a educação ambiental, o intuito foi de reeducá-los. Exemplos e alternativas para substituir o utensílio descartável por um material reutilizável foram repassados, desta forma, alcançando os objetivos do estudo.

Com relação à faixa etária e conhecimento sobre os danos causados por descartáveis ao meio ambiente, não existe evidência suficiente para fazer esta afirmação; pode-se dizer, porém, que há uma grande quantidade de pessoas com curso superior e pós-graduação, que consideram ter conhecimento suficiente sobre os danos causados pelos copos.

Com o acompanhamento realizado foi possível identificar a quantidade de copos descartáveis consumidos diariamente. Todavia, observou-se que há uma diferença significativa no consumo de descartáveis quando se trata de homens e mulheres, pois existe associação estatística entre o sexo e o uso de copos plásticos.

De acordo com os dados levantados, identificou-se uma economia anual de R\$ 655,00 no comparativo entre os copos descartáveis e os objetos substitutos disponibilizados para os servidores. Este dado era um dos interesses que a gestão administrativa demonstrava em ter no desenvolvimento do trabalho. A secretaria de administração disponibilizou-se em ajudar na aquisição dos materiais pilotos, o que contribuiu positivamente para a aplicação da pesquisa. Foi perceptível que a grande maioria é a favor de ações sustentáveis. Sendo assim, basta alguém desenvolver uma ideia e dar o primeiro passo para que os demais se comovam e cooperem.

No entanto, ficou evidente que, frequentemente, devem ser realizadas palestras, divulgações, eventos educativos para que os ensinamentos não sejam esquecidos, tampouco as práticas introduzidas deixem de ser executadas. Mas os dados apurados apontaram que o público que mais precisa ser trabalhado as práticas sustentáveis é o masculino. A aceitação por parte dos homens é menor, conquanto que antes de serem iniciadas as ações, as mulheres já utilizavam garrafas e canecas reutilizáveis.

Devido ao curto tempo de pesquisa, limitou o acompanhamento dos quatro meses iniciais de utilização do material piloto. Como sugestões para futuros trabalhos, aconselha-se que os acompanhamentos após as ações sejam feitos em um período maior, possibilitando analisar se com o passar dos meses a aceitação decaia,



podendo considerar com grande índice de certeza que o público usuário precisa receber treinamentos frequentemente. Recomenda-se também, que outros materiais de expediente sejam analisados, como por exemplo o papel A4. Outra proposta, é de avaliar a instauração de licitações sustentáveis nas prefeituras.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, J.C.; VASCONCELOS, I.F.G.; ANDREASSI, T.; VASCONCELOS, F.C. Inovação e sustentabilidade: novos modelos e proposições. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, n. 2, p. 145-154, 2010.

BIDERMAN, Rachel, *et al.* Guia de Compras Públicas Sustentáveis: Uso do poder de compra do governo para a promoção do desenvolvimento sustentável. **Iclei**, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. **Decreto nº 5.452**, de 01 de maio de 1943. Brasília, DF.

BRASIL. **Decreto nº 5.940**, de 25 de outubro de 2006. Brasília, DF.

BRASIL. **Decreto nº 7.746**, de 05 de junho de 2012. Brasília, DF.

BRASIL. **Lei nº 6.514**, de 22 de dezembro de 1977. Brasília, DF.

BRASIL. **Lei nº 8.666**, de 21 de junho de 1993. Brasília, DF.

BRASIL. **Lei nº 9.795**, de 27 de abril de 1999. Brasília, DF.

BRASIL. **Lei nº 10.520**, de 17 de julho de 2002. Brasília, DF.

BRITO, M.P.S *et al.* Copos descartáveis, um desperdício desnecessário. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE QUÍMICA, 55., 2015, Goiânia. **Anais [...]** Rio de Janeiro: Abq, 2015. p. 1 - 2.

CAMPONOGARA, S.; RAMOS, F. R. S.; KIRCHHOF, A. L. C. Um olhar sobre a interface trabalho hospitalar e os problemas ambientais. **Revista Gaúcha Enfermagem**, Porto Alegre, p. 724-731, dez. 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/RevistaGauchadeEnfermagem/search/search?simpleQuery=UM+OLHAR+SOBRE+A+INTERFACE+TRABALHO+HOSPITALAR+E+OS+PROBLEMAS+AMBIENTAIS&searchField=title>. Acesso em: 27 ago. 2018.

ECYCLE. **Copo descartável: impactos e alternativas**. 2013. Disponível em: <https://www.ecycle.com.br/3475-copo-descartavel-impactos>. Acesso em: 26 ago. 2018.

ELKINGTON. J. **Triple Bottom Line a history-ES_TBL**. Londres: 2004.



ELKINGTON, J. **Sustentabilidade: Canibais com Garfo e Faca**. São Paulo: Editora M. Books, 1997.

ESTADÃO. **Gasto em compras públicas de bens e serviços é recorde**. 2013. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,gasto-em-compras-publicas-de-bens-e-servicos-e-recorde-imp-,994480>. Acesso em: 02 out. 2018.

GIL, A. Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBOPE. **Brasileiros aceitam pagar mais caro por produtos sustentáveis**. 2014. Disponível em: <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/Brasileiros-aceitam-pagar-mais-caroporprodutos-sustentaveis.aspx>. Acesso em: 05 out. 2018.

IPEA. Melhores Práticas: Eficiência contra o desperdício na administração pública. **Revista Eletrônica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, v. 76, n. 10, fev. 2013. Disponível em: http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2914:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 04 out. 2018.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, G. G. de; VIEIRA, P. da S.; PALHARES JÚNIOR, D.. Redução do uso de copos descartáveis: estudo de caso na empresa Treviso. **Revista de Identificação Científica da Universidade Vale do Rio Verde**, [S.l.: s.n.] 2013. v.6, n.2, Disponível em: <http://periodicos.unincor.br/index.php/iniciacaocientifica/article/viewFile/3861/2868>. Acesso em: 26 ago. 2018.

OLIVEIRA, L. M. **Licitações públicas sustentáveis: um estudo de caso na agência nacional de saúde suplementar – ANS**. 2015. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

PASSAES, F. M. *et al.* Estado, governo e administração pública. **Revista Eletrônica Don Domenico**, Guarujá, v. 5, n. 3, p.1-14, jun. 2013. Disponível em: http://www.faculadadedondomenico.edu.br/revista_don/artigos5edicao/3ed5.pdf. Acesso em: 10 out. 2018.

PEREIRA, A. A. **O tripé da sustentabilidade: Pequenas empresas mostram que ser responsável com o meio ambiente, com a sociedade e com o próprio negócio é simples, barato e urgente**. Locus, São Paulo, p. 38-41, 2007.

PEREIRA, M. S. Meio ambiente de trabalho e os princípios do the triple botton line: a inevitabilidade de modernização da legislação para manutenção da ordem econômica. **Revista da Faculdade de Direito-rfd-uerj**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 29, p.175-193, jun. 2016.



PESSANHA, V. V. **O dever fundamental do empregador de qualificar seus empregados.** 2015. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

SANTOS, F. **Ética empresarial:** Políticas de responsabilidade social em cinco dimensões: sustentabilidade, respeito à multiculturalidade, aprendizado contínuo, inovação e governança corporativa. São Paulo: Editora GEN/Atlas, 2015.

SANTOS, W. A. F. dos. Investimento das pequenas empresas no triple bottom line. **Revista Ensino e Pesquisa em Administração e Engenharia**, São Paulo, v. 2, n. 1, p.109-120, jun. 2016.

SILVA, Renato Cader da; BARKI, Teresa Villac Pinheiro. Compras públicas compartilhadas: a prática das licitações sustentáveis. **Revista do Serviço Público Brasília**, Brasília, v. 63, n. 2, p.157-175, abr./jun. 2012. Disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1817/1/Compras%20p%C3%ABlicas%20compartilhadas_a%20pr%C3%A1tica%20das%20licita%C3%A7%C3%B5es%20sustent%C3%A1veis.pdf. Acesso em: 27 ago. 2018.

VENTURINI, L. D. B.; LOPES, L. F. D. **O modelo triple bottom line e a sustentabilidade na administração pública:** pequenas práticas que fazem a diferença. 2015. Monografia (Especialização) - Curso de Gestão Pública, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

VIANNA, I. O. de A. **Metodologia do trabalho científico:** um enfoque didático da produção científica. São Paulo: E.p.u, 2001.



APÊNDICE

QUESTIONÁRIO DESTINADO A PESQUISA ACADÊMICA PARA TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Sexo: Masculino Feminino

Faixa Etária: 18 a 25 anos 26 a 30 anos 31 a 35 anos
36 a 40 anos 40 anos ou mais

Qual seu grau de instrução?

1º ao 4º ano incompleto 1º ao 4º ano completo
5º ao 9º ano incompleto 5º ao 9º ano completo
Ensino médio incompleto Ensino médio completo
Graduação incompleta Graduação completa
Pós-graduação incompleta Pós-graduação completa

Você utiliza copos plásticos descartáveis?

Sempre Às vezes Nunca

Se a resposta acima foi “sempre” ou “às vezes”: em média quantos copos você utiliza diariamente?

1 ou 2 3 a 5 copos Mais de 5

Você possui uma garrafa própria para beber água durante o expediente?

Sim Não

Você possui uma caneca própria para beber café durante o expediente?

Sim Não

Você tem alguma informação acerca dos prejuízos que os copos descartáveis podem causar ao meio ambiente e à vida humana?

Muita Suficiente/Básico Pouca Nenhuma



Quando você usa um copo descartável, você carrega-o consigo para reutilizá-lo novamente?

Sempre Às vezes Nunca

Qual seu ponto de vista sobre substituir os copos plásticos descartáveis por garrafas e canecas reutilizáveis?

Muito Bom Bom Desnecessário Trabalhoso

Espaço destinado a comentário/opinião sobre a pergunta anterior:

No seu ponto de vista, é possível substituir o copo descartável por outro copo, garrafas ou canecas, que contribuem com bem do planeta?

Sim Não Em partes Por que? _____

Você ficará responsável por cuidar, zelar e dirigir-se até a cozinha para higienizar o utensílio disponibilizado, você está disposto?

Sim Não Talvez

Espaço destinado para comentários, sugestões e opiniões:
